

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

**A NOVA LEI DO ENSINO MÉDIO E A DOCÊNCIA: OPINIÃO E
ESTRATIFICAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE MARINGÁ**

Mariana Arrabal Pita Araujo – UEM –

mrnparaujo@gmail.com

Roger D. Colacios - UEM –

rdcolacios@gmail.com

Eixo 8: Educação e Política

Resumo

Nesta comunicação pretendemos analisar a recepção dos professores das escolas públicas que ofertam Ensino Médio regular da cidade de Maringá a respeito da Lei do Novo Ensino Médio (Lei 13415/17). A Lei vem sendo amplamente debatida nos meios acadêmico e escolar, antes e após sua sanção em fevereiro de 2017. Por se tratar de uma lei muito recente, ainda não existem muitos estudos sobre a mesma, ainda mais no que diz respeito à sua aceitação no meio escolar. Procuramos saber, então, qual a opinião e a possível estratificação socioeconômica, a colocação profissional e tendência política deste grupo de professores a respeito da Nova Lei do Ensino Médio. Para tal, estamos realizando pesquisa de campo, aplicando questionários a professores do Ensino Médio de todas as escolas selecionadas para a investigação e, a partir dos resultados obtidos nos questionários, faremos uma análise qualitativa, com base no conceito “relações de poder” de Michel Foucault. Os resultados esperados para esta pesquisa, ainda em andamento, são: primeiramente analisar e compreender a relação entre a formulação e aplicação de políticas públicas, no caso educacionais, e sua recepção por parte dos docentes da rede pública de Maringá; além disso, esperamos que, a partir do momento que as questões levantadas nos questionários em aplicação gerem dúvidas nos professores, que eles possam, talvez, por si só, já se interessarem pelo tema, e que tal interesse auxilie em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Ensino Médio, Maringá.

Introdução

Para compreender os elementos norteadores da pesquisa precisamos entender o histórico de modificação estrutural do Ensino Médio brasileiro enquanto uma política dos governos em cada período correspondente. Sua alteração atingiria diretamente o cotidiano da sala de aula, incluindo e excluindo temáticas do ensino e modificaria também a postura do professor diante dos alunos. Portanto, os modelos educacionais apresentados pelas políticas para o Ensino Médio são exemplares da agenda política, social e econômica do país.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Desde sua criação, o Ensino Médio brasileiro traz consigo as marcas de um ensino extremamente dividido: tipos diferentes de ensino conforme a divisão social do trabalho da época. Sua divisão em ensino profissionalizante e ensino propedêutico exemplifica esta característica com clareza: novamente, aos alunos mais abastados era designado o ensino que preparasse para uma futura formação universitária; aos mais desfavorecidos economicamente, o ensino que preparasse para ser o trabalhador necessário ao funcionamento ideal do sistema capitalista em vigência no momento.

Foram várias as alterações profundas empreendidas junto ao Ensino Médio: a reforma Francisco Campos (1930), a reforma Capanema (1942), a reforma do Governo Militar (1968) e a Lei de Diretrizes e Bases (1971). Mas só em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96) houve a separação real entre a função profissionalizante e a função propedêutica do Ensino Médio. Assim, a partir desta nova alteração, era então definida pela legislação a intenção de que o aluno – fosse ele de classes mais ou menos favorecidas economicamente – saísse da Escola Básica com as competências necessárias ao ingresso no Ensino Superior.

A Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017 vem para alterar vários pontos na LDB/96. Entre estas mudanças houve o aumento da carga horária mínima anual e o ensino de Artes e Língua Estrangeira. Porém, a alteração que mais ganhou foco é a composição da grade curricular por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos.

Ao citar as reformas mais importantes no ensino no Brasil como feito acima, não podemos nos esquecer de que as políticas públicas adotadas por cada governo em sua época influenciam muito no resultado final das práticas educativas. Além disso, recentemente tem sido discutido sobre o papel do professor na sala de aula enquanto formador de opiniões. Conforme expresso anteriormente, esta pesquisa atua diretamente com os profissionais da educação – os professores – a respeito dessa temática tão polêmica e atual, uma vez que estes são agentes diretos do processo de ensino-aprendizagem, além de terem seu trabalho afetado de maneira drástica tal qual são as mudanças na legislação vigente.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Para o desenvolvimento da pesquisa foram elaborados questionários que estão sendo aplicados em todas escolas de Ensino Médio regular de Maringá durante o ano de 2019. Para a formulação dos resultados, faremos uma análise estatística da correlação entre as variáveis estudadas.

A respeito do tema foram consultadas diferentes bibliografias. Inicialmente, fizemos a leitura do texto “Ensino Médio no Brasil: determinações históricas” (NASCIMENTO, 2007) e da Lei 13.415/17, o que nos deu maior visão a respeito das mudanças pelas quais o Ensino Médio Brasileiro passou desde seu início e pelas quais está passando atualmente com a sanção da referida lei.

Além destes, também foi de suma importância a leitura de alguns capítulos do livro “Políticas Públicas no Brasil (HOCHMAN et al, 2007), que nos trouxeram melhor clareza a respeito dos estudos na área de pesquisa em políticas públicas, bem como os textos de André (2005) e Paraíso (2004). Para esclarecimentos a respeito da formulação do presente estudo, assim como para solucionar questões a respeito de como estruturar de forma correta o pretendido projeto de pesquisa, utilizamos o texto de Eco (2004), “Como elaborar uma tese”.

A análise qualitativa dos resultados estatísticos, utilizaremos o método genealógico de Foucault (2018), a fim de obter discussão mais proveitosa a respeito dos múltiplos fatores que influenciam os professores em seu dia a dia em sala de aula. O presente estudo se tratará de uma pesquisa de campo, cuja análise de resultados se dará tanto quantitativamente (através dos dados numéricos obtidos nos questionários) quanto qualitativamente (através da inferência feita dos dados numéricos, utilizando a bibliografia estudada).

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a percepção da nova lei do Ensino (Lei n. 13.415/17) entre os professores nas vinte e nove escolas públicas da cidade de Maringá que ofertam o Ensino Médio regular. Além disso, procuramos investigar a existência de uma ligação entre as características socioeconômicas e qual a compreensão destes profissionais a respeito das alterações causadas pela reforma do Ensino Médio através referida lei. Ou seja, nossa proposta é investigar a seguinte problematização:

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

qual a relação entre opinião e estratificação socioeconômica destes professores em relação à Nova Lei do Ensino Médio?

Metodologia

A perspectiva metodológica proposta está baseada nas análises qualitativas e quantitativas. Em primeiro procuramos assimilar os processos dos quais os governos em suas diversas instâncias se utilizam com o intuito de alterar as políticas públicas em curso. A respeito disso, Souza (2007) afirma que ao analisar políticas públicas estamos, muitas vezes, estudando o governo em si. Assim, os questionários aplicados como base para esta pesquisa contêm fundamentalmente itens que possam estratificar os professores consultados sobre suas opiniões a respeito das políticas públicas em sua área de atuação, bem como investigação de sua visão para, após feita tal estratificação, observarmos quais estratos mais se destacam em relação ao recebimento da LNEM por parte dos docentes.

Para a análise quantitativa que versa sobre a correlação entre as variáveis de interesse, utilizaremos o método de cálculo de correlação entre variáveis num conjunto de dados brutos (P) (MAGALHÃES, LIMA, 2002):

$$\rho_{X,Y} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i y_i - n \bar{x}_{obs} \bar{y}_{obs}}{\sqrt{[\sum_{j=1}^n x_j^2 - n \bar{x}_{obs}^2] [\sum_{j=1}^n y_j^2 - n \bar{y}_{obs}^2]}}$$
, sendo esta operação sempre resultante de número entre -1 e 1. Para uma correlação positiva, afirmaremos que as variáveis analisadas variam de forma diretamente proporcional. Quanto mais perto de 1 for o resultado, mais forte a correlação positiva. Já para uma correlação negativa, afirmaremos que as variáveis analisadas variam de forma indiretamente proporcional. Analogamente, quanto mais próximo de -1, mais forte é a correlação negativa.

A partir da análise estatística dos dados, faremos, então, a inferência dos resultados obtidos. Esta, por sua vez, será pautada no conceito de genealogia do poder de Foucault (2018). O autor nos fornece uma análise complexa das relações do poder em seus múltiplos vieses. O poder, para Foucault, não existe em si, mas somente quando expresso através das relações de poder. Mesmo assim, este não seria um objeto natural, mas constituído historicamente. Por concordarmos com tal concepção, buscaremos estudar, na seção de análise dos dados obtidos estatisticamente, a relação

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

entre a movimentação do Governo ao sancionar leis que afetam diretamente o exercício profissional do professor e a recepção de tais políticas por parte destes, com a intenção de melhor entender a consistência de tal relação.

Para Foucault as relações de poder teriam consequências políticas que sobrepassariam seu mero exercício. Essas seriam fundamentos de serventia como instrumentos de luta social, de contraponto ao tipo de poder exercido. Revelador, portanto, seja do nível de abrangência dos micropoderes quanto de suas confronto com aqueles no qual é aplicado. Para este trabalho, este conceito é norteador das formas como as políticas educacionais são formuladas e implantadas, seus interesses e discussões, mas também, dos meios nos quais os que “sofrem” com as políticas combatem ou ressignificam sua influência.

Este estudo se trata de uma tese monográfica, teórica e contemporânea. Para fazermos a análise, utilizaremos como instrumento de pesquisa um questionário composto por quatro subdivisões (socioeconômica e profissional; ideologia política; grau de realidade; mudanças na legislação).

A partir da coleta de dados, a ser realizada em 27 escolas de ensino regular que ofertam Ensino Médio em Maringá, far-se-á uma análise estatística a respeito da correlação entre os fatores de estratificação presentes no questionário e as opiniões dos professores a respeito das mudanças na legislação que regula o Ensino Médio brasileiro. Serão entregues de três a cinco questionários por escola, a professores do Ensino Médio, a fim de que a amostra escolhida aleatoriamente represente a população estudada.

O presente estudo caracteriza-se também como uma pesquisa de campo, cuja análise de resultados se dará tanto quantitativamente através dos dados numéricos obtidos nos questionários quanto qualitativamente mediante inferência feita dos dados numéricos, utilizando a bibliografia estudada.

Resultados e Discussão

Até o presente momento, foram computados nesta pesquisa 61 questionários respondidos por professores de 20 dos 27 colégios que ofertam Ensino Médio na rede pública de Maringá. Por hora, estamos

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

realizando a transcrição dos dados obtidos nestes questionários para o software estatístico com o qual os analisaremos quantitativamente e trabalhando na recepção de mais 20 questionários de professores dos demais colégios enquadrados no estudo.

Os resultados esperados para esta pesquisa, ainda em andamento, são, primeiramente, analisar e compreender a relação entre a formulação e aplicação de políticas públicas, no caso educacionais, e sua recepção por parte dos docentes da rede pública de Maringá.

Esta proposta tem como fundamentação não somente a discussão a partir do conceito de “relações de poder” estabelecido por Foucault, mas a base da análise virá do resultado da tabulação dos dados quantitativos obtidos através dos questionários que estão sendo utilizados junto aos professores de todas as escolas de Ensino Médio da cidade.

Assim, pretendemos conseguir associar os dados socioeconômicos e a apreensão da realidade política por parte dos pesquisados em relação à introdução de novas políticas educacionais no âmbito escolar.

Na leitura de Roberto Machado, presente na introdução do livro *Microfísica do Poder*, as análises de Foucault parecem apontar para uma consequência política que não teriam só como objetivo teorizar a respeito das relações de poder, mas também “[...] servir como instrumento de luta, articulando com outros instrumentos, contra essas mesmas relações de poder” (FOUCAULT, 2018, p. 15). Esperamos, assim, que o presente estudo possa ser útil no auxílio a outras análises que também sirvam como tal.

Paralelamente, pensamos ser este de alguma contribuição para a reflexão dos professores a respeito das políticas públicas vigentes e a implicação destas no dia a dia em sala de aula. Expectamos que, a partir do momento que as questões levantadas nos questionários em aplicação gerem dúvidas nos professores, que eles possam, talvez, por si só, já se interessarem pelo tema, e que tal interesse auxilie em suas práticas pedagógicas.

Além disso, por ser a educação um dos itens fundamentais para o progresso sociocultural de um povo, concordamos com André (2005) ao afirmar que “[...] para assegurar a qualidade da pesquisa em educação é

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

preciso promover o debate nas universidades, nas escolas, nas agências de fomento”, a fim de conhecer a solução de questões já enunciadas sobre o tema e levantar outras tantas. Em complementação, segundo relatório do Banco Mundial (2018) a respeito do desenvolvimento mundial, a gestão de recursos públicos é fundamental para uma boa aprendizagem. No documento supracitado, é dito que:

Gestão e governança muitas vezes reduzem a qualidade da educação. Embora uma boa liderança escolar não melhore diretamente a aprendizagem dos estudantes, ela o faz indiretamente, reforçando o ensino e assegurando o uso eficaz dos recursos. (BANCO MUNDIAL, 2018, grifo do autor).

Assim sendo, esperamos que, com o presente estudo, possamos contribuir para o fomento da discussão acadêmica acerca do tema *Educação e Política*, mais especificamente *Educação e Políticas Públicas*, ao questionarmos as formas que tais instrumentos se estabelecem e são conformados no âmbito escolar e por seus representantes, os docentes.

Conclusões

Concluimos ressaltando as possibilidades múltiplas presentes neste tipo de coleta de dados. Os questionários e sua posterior tabulação permitem a compreensão de elementos da realidade, especificamente à educacional, de uma vasta gama de professores da rede pública de Maringá, podendo, com facilidade, seu resultado ser extrapolado para toda a população de possíveis entrevistados.

Mesmo com apenas uma parcela dos questionários estando tabulada até o momento, podemos já perceber que estes cumprem o objetivo de auxiliar no estudo da relação entre a formulação e a aplicação das políticas públicas educacionais no que diz respeito à opinião dos professores e seu cotidiano escolar, ajudando-nos a compreender a consistência de tal relação.

Ademais, a discussão aqui proposta tem instigado os profissionais pesquisados ao estudo das políticas públicas vigentes – principalmente novidades trazidas pela BNCC –, seja este sendo feito através da própria leitura e resposta aos questionários ou posteriormente sanando suas dúvidas com outros materiais.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Sendo assim, o presente estudo, de fato, serve como instrumento de luta por uma educação condizente com os princípios democráticos, de igualdade e amplo atendimento às necessidades das populações atendidas. Uma educação que seja fruto do empenho político das comunidades envolvidas, e não somente para o atendimento das necessidades do mercado, da empregabilidade, mas formadora de cidadãos críticos e participantes da sociedade como um todo.

Agradecimentos

Agradecemos à UEM/CNPq pela bolsa de iniciação científica fornecida para a realização desta pesquisa.

Referências

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Questões de Teoria e de Método**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 5., 2005, Bauru. Atas do V ENPEC. Bauru: 2005. v. 1, p. 1 - 12.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF.

CAPELLA, Ana Claudia N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MÁRQUES, Eduardo (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Cap. 3. p. 87-122.

CARVALHO, Fabiana; POLIZEL, Alexandre; MAIO, Eliane. **Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais**. Semina: ciências sociais e humanas. vol. 37, n. 2., 2016.

COUSIN, Alexandra de Oliveira Abdala. **Como ficou a LDB após a Lei nº 13.415, de 2017**: Maringá, 2017. 36 slides, color.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 19. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. **Noções de Probabilidade Estatística**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

MUNDIAL, Banco. **Relatório do Desenvolvimento Mundial: Aprendizagem: para realizar a promessa da educação**. Washington, D.C: Banco Mundial, 2017. 239 p. Disponível em:

<<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/28340/9781464810961.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

NAGIB, Miguel. **O Movimento. 2018**. Disponível em:
<<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

NASCIMENTO, Manoel Nelito. **Ensino Médio no Brasil**: determinações históricas. Publicatio UEPG: Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p.77-87, jun. 2007. Semestral.

PARÁISO, Marlucy Alves. **Pesquisas Pós-Críticas em Educação no Brasil**: Esboço de um Mapa. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p.283-303, mai/ago 2004. Bimestral.

Portal do Tribunal Superior Eleitoral. Informações Partidárias. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PRIORI, Angelo Aparecido. **Resolução N° 021/2005-COU**: Define Missão e Visão de Futuro da UEM. 2005. Disponível em:
<<http://www.scs.uem.br/2005/cou/021cou2005.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

PROPAGANDA institucional - **Reforma Ensino Médio**. [s.i.]: [s.i], 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RuF0GYgmrJQ>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). Políticas Públicas no Brasil. 20. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Cap. 2. p. 65-86.

TRAGTENBERG, Maurício. **Relações de poder na escola**. In: Lua Nova, vol. 1, n. 4, p. 68-85, mar. 1985.